



PP – Açores

Palavra Parlamentar

Folha Informativa do Grupo Parlamentar do Partido Popular
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

N.º 6

Junho de 1998

Deputados do CDS/PP apresentam mais dois Projectos de Decreto:

ALTERAÇÃO DA LEI DO ARRENDAMENTO RURAL INCENTIVOS À COMPRA DE TERRA POR RENDEIROS

O Grupo Parlamentar do Partido Popular apresentou na Assembleia um projecto de Decreto Legislativo Regional, tendo em vista alterar as regras do Arrendamento Rural, fixadas há mais de vinte anos.

Os Deputados do PP consideram que, apesar das duas revisões ocorridas, a última das quais há quase dez anos, por iniciativa do CDS/PP, os legítimos direitos dos proprietários e rendeiros continuam a não estar devidamente salvaguardados e que a própria legislação nacional já consagrou princípios mais adequados aos direitos das partes.

Os proponentes referem que os objectivos da lei não foram atingidos e produziu mesmo efeitos contrários, nomeadamente a fuga à colocação de terras no mercado de arrendamento, bem como a recusa à formalização de contratos, que tanto tem penalizado os rendeiros no acesso aos incentivos para o investimento e modernização das suas explorações.

O Projecto do PP prevê que no termo do prazo ou da renovação do contrato o senhorio possa retomar a terra, se for para o próprio ou filhos explorarem o prédio arrendado, o mesmo acontecendo se for para venda, ficando neste caso o senhorio obrigado a vendê-lo no prazo máximo de um ano.

Relativamente aos senhorios emigrantes é criada uma situação excepcional de retoma da terra no decurso do prazo do contrato, quando necessitar de regressar a Portugal e quiser explorar directamente o prédio arrendado.

Visa-se acabar com a obrigatoriedade de proceder à primeira renovação do contrato.

Todas as alterações visam, em resumo, estabelecer um equilíbrio, evitando que os proprietários deixem de arrendar as terras, com receio de nunca mais as poderem voltar a ter e, por outro lado, acabar com o injusto pagamento da

“Chave” para um reneiro conseguir um palmo de terra.

Os deputados do PP, num outro Projecto de Decreto Legislativo Regional, que tem em vista a Bonificação de Juros à Aquisição de Terras por Rendeiros, consideram que “o sector agrícola continua a ser o principal pilar da economia açoriana” indispensável para a “estabilidade e equilíbrio social de parte significativa da nossa população”, realçando que “a posse da terra por parte daqueles que a exploram” facilita as medidas estruturais de “modernização da empresa agrícola, aumenta a segurança e o nível de aproveitamento das benfeitorias introduzidas”.

Porque falhou, em 1991, a aplicação do SICAR, o CDS/PP propõe a criação do SICAR II, do qual podem beneficiar os arrendatários rurais, na aquisição de terras que explorem directamente, há pelo menos um ano, desde que sejam agricultores a título principal.

A bonificação de juros será total se o empréstimo não exceder 15 mil contos e para os empréstimos de valor superior os compradores suportarão uma taxa de juro de apenas dois por cento. Só poderá haver bonificação de juros para financiamentos até 30 mil contos tratando-se de pessoas singulares e 90 mil contos tratando-se de pessoas colectivas. O preço máximo de aquisição por alqueire, objecto de bonificação, é de 300 contos.

Os rendeiros que adquiram prédios ao abrigo do SICAR II não poderão vendê-los, onerá-los ou ceder o seu gozo, nem afectá-los a outros fins que não os da exploração agro-silvo-pecuária, durante um prazo de 20 anos, excepto em caso de invalidez permanente, expropriação ou outras circunstâncias devidamente fundamentadas.

O prazo de amortização da dívida é de 20 anos, podendo o comprador antecipá-lo.

Os dois projectos serão discutidos em Comissão e Plenário do Parlamento Açoriano.

Deputado Almeida e Sousa DENUNCIA INJUSTIÇA NO SECTOR DAS PESCAS

“O sector da pesca irá, por força da regulamentação comunitária e internacional, sofrer mutações importantes” e destas “com certeza a mais complexa e delicada será a que diz respeito à reconversão da nossa frota artesanal, mais propriamente no concernente às embarcações designadas de boca aberta”, disse, no Parlamento Açoriano, o Deputado Nuno Almeida e Sousa, acrescentando que a “reconversão irá transformar profundamente a estrutura da frota, as exigências das estruturas e a formação dos profissionais.

Considerou depois que um erro político do passado criou um “quadro de concorrência desleal e de profunda injustiça”, porque “os que arriscaram e investiram o que era seu, atravessam uma das maiores crises de sempre e em contrapartida, os outros, os que receberam tudo e não pagam nada a ninguém, vivem com a largueza que querem e entendem”.

O Deputado Nuno Almeida e Sousa afirmou ainda que “não podemos admitir que, tal como no passado, este Governo continue a tratar uns como filhos e outros como enteados.

(De Intervenção Diário ALRA n.º 39)

Deputado Alvarino Pinheiro apresentou Requerimentos

“Considerando que o Concelho da Praia da Vitória - o quarto mais populoso da Região - na sua quase totalidade não tem acesso à emissão da RTP1, ou em pequenas zonas o tem em condições de má qualidade de imagem, o mesmo acontecendo nalgumas freguesias do Concelho de Angra do Heroísmo” e tendo em conta que “a cobertura das ilhas do Grupo Oriental e Central da Região já deveria estar concluída”, o Deputado Alvarino Pinheiro requereu informação sobre quando ocorreria a respectiva cobertura, pedindo também para ser informado “sobre quais as zonas e ilhas ainda não servidas pelo primeiro Canal e quais as datas previstas para a superação desta injusta discriminação”.

Noutro requerimento e “considerando que tem vindo a público a eventual existência, na Biblioteca Pública e Arquivo da Horta de situações e anomalias que põem em causa a dignidade e o normal funcionamento do serviço”, pediu para ser informado sobre diligências e inquéritos promovidos e quais as conclusões e consequências.

Deputado João Greves na DEFESA DOS INTERESSES DOS CORVINOS

Intervindo na Assembleia Legislativa Regional o Deputado João Greves disse que quase à beira do ano 2000 “os Correios dos Açores ainda têm de recorrer à Força Aérea para escoar o correio para as ilhas do Corvo e das Flores”, o que considerou ser caso para pensar que “os CTT desta Região têm mais respeito pelas encomendas e correio do Corvo, do que o Governo Regional tem pelos Corvinos”.

Afirmando que “vencer distâncias, aproximar pessoas, deve ser um dos pilares do desenvolvimento”, disse que a SATA “tem obrigação de servir todos os açorianos por igual”, levantou a hipótese de a transportadora aérea fazer mais um voo semanal para o Corvo, em versão mista, transportando correio e passageiros.

Noutra intervenção, João Greves, a propósito da atribuição de subsídios eventuais, disse que “até hoje ainda nenhum Governo desta Região teve o mérito de construir um edifício digno duma Casa do Povo no Corvo”, o que dá para pensar “que este Governo tem grande dificuldade de gestão e muito mais de divisão”.

Numa outra intervenção o Deputado eleito pelo Corvo, falou da RTP-Açores e defendeu “que realmente possamos ter uma Televisão Regional ao nível de qualquer canal e que seja motivo de orgulho para os açorianos”, e que “o Governo Regional tem a rigorosa obrigação de fomentar a produção regional”.

Na mesma intervenção voltou a referir-se aos voos da SATA para o Corvo, considerando que “seria perfeitamente razoável que estes fossem o mais espaçados possível nos dias de semana”, em vez de o serem “quase em dias consecutivos, prejudicando assim, mais uma vez, os Corvinos”.

(De Intervenções Diários ALRA n.º 36, 39 e 40)

ASSEMBLEIA RECOMENDA AO GOVERNO REGIONAL INQUÉRITO À CÂMARA DA PRAIA DA VITÓRIA

Com base numa proposta de resolução de que é primeiro subscritor o Deputado do CDS/PP Alvarino Pinheiro, a qual é também subscrita por deputados do PS, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores resolveu recomendar ao Governo Regional que proceda a um inquérito junto da Câmara Municipal da Praia da Vitória, no sentido de “averiguar se a mesma tinha legitimidade democrática e fundamento legal” para instaurar um inquérito, com vista a um processo disciplinar, a um funcionário camarário, por afirmações proferidas durante a campanha eleitoral, como cidadão concorrente à Assembleia Municipal da Praia da Vitória, nas últimas eleições autárquicas.

A Resolução da Assembleia recomenda que o Governo apure se a atitude da Câmara da Praia “configura ou não abuso de poder, se os direitos elementares do trabalhador perseguido foram salvaguardados e se, em última análise, seria aceitável que um inquérito desta natureza seja conduzido por funcionário da própria Câmara sujeito ao poder hierárquico e disciplinar dos participantes”.

P. P. LEVA À COMISSÃO PROBLEMAS DOS TAXISTAS

As Associações de Táxis dos Açores têm demonstrado crescentes preocupações relativamente a aspectos fundamentais que dificultam o exercício da respectiva actividade.

Os taxistas estão preocupados, entre outros, com problemas de concorrência, eventualmente desleal e à margem da lei, com a forma como a actividade tem sido prejudicada por todo um conjunto de factores, alguns porventura tendo origem em órgãos públicos e queixam-se de falta de fiscalização a vários níveis.

Considerando que os órgãos de governo próprio têm o dever de estar atentos a todos os problemas que possam afectar a actividade económica e social, o Grupo Parlamentar do Partido Popular levou a que a Comissão de Economia Finanças e Plano aborde a problemática do sector, ouvindo para tanto as associações existentes e demais entidades públicas com competência na matéria, procedendo igualmente a uma análise sobre a adequação à realidade regional da legislação aplicável, que permita o Plenário da Assembleia Legislativa Regional, se for caso disso, tomar as medidas que forem julgadas úteis e necessárias a esta imprescindível prestação de serviços.

DEPUTADOS DO CDS/PP PARTICIPARAM EM REUNIÕES INTERNACIONAIS

JORNADAS ATLÂNTICAS:

Os Deputados Alvarino Pinheiro e Nuno Almeida e Sousa integraram a delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, que se deslocou às Canárias, no âmbito das IV Jornadas Parlamentares Atlânticas, Canárias, Açores, Madeira, que se realizaram de 28 a 30 de Maio.

Alvarino Pinheiro participou no Grupo de Trabalho que tratou dos “Assuntos Europeus: As Regiões Ultra-Periféricas”, enquanto Nuno Almeida e Sousa se integrou no Grupo que tratou da “Política Geral e Parlamentar”.

Foi constituída uma Comissão Interparlamentar Permanente, que terá a tarefa de concretizar as deliberações das Jornadas e as iniciativas comuns nas relações entre os nossos países e a União Europeia.

COMISSÃO DAS ILHAS:

O Deputado Nuno Almeida e Sousa foi um dos três deputados regionais dos Açores que se deslocou à Catânia, na Sicília, para participar na XVIII sessão da Comissão das Ilhas da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa.

Entre os muitos temas abordados na reunião, destaque para a situação das ilhas à luz do Tratado de Amsterdão e Agenda 2000 e políticas energéticas e suas implicações para as ilhas.

AVARIAS DE TELEFONES NA ILHA DAS FLORES

Quando se verificaram avarias nos telefones das Flores, designadamente nas redes das Lajes e da Fajã-Grande, que isolaram muitas freguesias, não só ao nível local como para o exterior, o Deputado Alvarino Pinheiro apresentou um requerimento na Assembleia, baseado nos importantes prejuízos, não só de natureza económica como e principalmente social.

Alvarino Pinheiro, perguntou quais as medidas tomadas para reparar com urgência as avarias e pediu informação sobre as medidas alternativas porventura implementadas pelo Serviço Regional de Protecção Civil, no sentido de proteger a população afectada.

Indagou também sobre a data de montagem da nova Estação terrena e instalação de modernas centrais telefónicas, capazes de assegurar boas comunicações, novos serviços e resposta aos pedidos para novos assinantes.

PRESIDENTE DO GRUPO PARLAMENTAR DO CDS/PP AFIRMOU:**- QUEM REPRESENTA O POVO DOS AÇORES, SÃO OS DEPUTADOS
- JUNTAS DE FREGUESIA PRECISAM SER FISCALIZADAS**

No decurso de uma discussão no Parlamento, a propósito de uma eventual moção de censura ao Governo Regional, o Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Popular, Alvarino Pinheiro, afirmou que “o Partido Popular não se pronuncia sobre hipóteses académicas ou sobre o equacionar de estratégias de terceiros, ou sobre a vantagem de a 7 ou 8 meses de distância, de avisar o adversário da arma que se vai utilizar”.

Alvarino Pinheiro acrescentou que “para nós é preocupante querer deixar-se a ideia, junto do eleitorado, de que, se porventura, este Governo cessasse funções, seria o caos para a Região, seria um golpe palaciano” e esclareceu “para nós quem representa inequivocamente o Povo dos Açores são os 52 deputados que têm assento nesta Assembleia. Estes 52 deputados é que foram eleitos, em princípio, por 4 anos”.

O Presidente do Grupo Parlamentar aconselhou, nos seguintes termos “Nunca gostei de *galinhos* e se eu perceber que os *galinhos* estão crescendo na *capoeira* do Partido Socialista, por min garanto-vos que não vão ficar 4 anos. Espero bem que a maioria dos Deputados do Partido Socialista não pensem nem tenham a arrogância política de enveredar por esse caminho nesta Assembleia, porque pela minha parte, como deputado, não o admitirei. Era o que mais faltava estar aqui sujeito a ouvir um governo minoritário cantar de *galo* nesta Assembleia. Nem pensem nisso!”

Noutra discussão parlamentar, a propósito da atribuição de materiais por parte das Juntas de Freguesia, o Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Popular reafirmou “ferro e cimento nas mãos dos presidentes de algumas Juntas de Freguesia, é como droga nas mãos de traficantes” e continuou “eu peço que esta Assembleia reflecta sobre o que se passa em muitas autarquias desta Região e que se esqueçam que os presidentes das Juntas de Freguesia são do PSD e do PS, porque se assim não for, os senhores (deputados) estão a suportar autênticos *lobbies*, autênticas máfias que estão instaladas nas nossas freguesias”.

Alvarino Pinheiro ressaltou a consideração para com os autarcas sérios desta Região e que são a grande maioria.

(De intervenções: Diários ALRA n.º 38 e 42)

**Paulo Portas
nos Açores**

Na sua visita aos Açores, a convite da Comissão Directiva Regional do PP-Açores, o novo Presidente do Partido Popular, Dr. Paulo Portas, reuniu com o Grupo Parlamentar do PP da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, tendo sido acordadas formas de cooperação mútua.

PORTO DO CORVO**Resposta a exigência do PP**

Porque o Governo Regional, na sua visita ao Corvo, procedeu à consignação da empreitada do Porto da Ilha, o Grupo Parlamentar do PP congratulou-se com a decisão e prometeu que “continuará a lutar para que a realização da obra se conclua no mais curto espaço de tempo”.

No seu comunicado o Grupo Parlamentar recorda que “fez aprovar no Plano e inscrever no Orçamento a realização da ampliação do Porto do Corvo, fazendo também lembrar que esse melhoramento sempre foi “ponto imprescindível para a formação de qualquer entendimento com o Governo”.

**PP NA DEFESA DE MÉDICO
ESPECIALISTA PARA AS FLORES**

O Deputado Alvarino Pinheiro interveio no Parlamento a propósito da prevista saída das Flores de um médico especialista, recentemente contratado para prestar serviço no Centro de Saúde das Flores

Em requerimento apresentado, o Deputado do PP pediu explicações ao Governo sobre mais este problema que afecta a população das Flores, habitualmente massacrada por todo o tipo de limitações.